



Reunião pública – Ata n.º 07/2016

Data 2016-02-29

Início 14.35 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.25 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 04-01-2016 -----

BALANCETE -----

PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO:-----

N.º 01 - SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO
(5614/ENTE/DAJA/2015 - 4/INSTGT/DGT/2015) -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 02 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR –
LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA EM RISCOS NATURAIS
(23/PGEN/PR/2016 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----

N.º 03 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA
REGIÃO DO RIBATEJO (67/PPRC/PR/2015) -----

N.º 04 – CEDÊNCIA DE TERRENO À CANTO FIRME DE TOMAR - ASSOCIAÇÃO DE
CULTURA (1198/ENTE/DAJA/2016)-----

PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----



[Handwritten signature]

N.º 05 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DE DELONGO) À JUVENTUDE MARIANA VICENTINA DE PAIALVO (10/PPRC/UISE/2015)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 06 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDES DO CONVENTO DE SANTA IRIA – Liberação de caução (562/ENTE/DAJA/2016 - 166/CONPUB/DOM/2014) -----

N.º 07 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO (614/ENTE/DAJA/2016 - 1/VIATEQ/DOM/2013) -----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO AO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR (982/ENTE/DAJA/2016 - 15/DIVER/PR/2013)-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 09 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE - PARECER (860/ENTE/DAJA/2016) -----

N.º 10 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE - PARECER (16/PEDI/DGT/2016 - 63/DIVER/DGT/2016) -----

N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE - PARECER (17/PEDI/DGT/2016 - 64/DIVER/DGT/2016) -----

N.º 12 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE - PARECER (22/PEDI/DGT/2016 - 51/EDIF/DGT/2016) -----

N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE - PARECER (21/PEDI/DGT/2016 - 50/EDIF/DGT/2016) -----

N.º 14 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE - PARECER (20/PEDI/DGT/2016 - 49/EDIF/DGT/2016) -----

N.º 15 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 1052/2002 (33/SAIE/DGT/2015 - 703/EDIF/DGT/2015)-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 16 – AQUISIÇÃO DE TERRENO NA RUA DR. JOAQUIM JACINTO, JUNTO À SINAGOGA DE TOMAR (362/ENTE/DAJA/2016 - 15/DIVER/DAJA/2016)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 17 – DOAÇÃO DE OBRAS DE ARTE AO MUSEU MUNICIPAL - NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE TOMAR – proposta de aceitação (646/ENTE/DAJA/2016 - 12/ESPEQ/DTC/2014) -----



N.º 18 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DE MUSEUS, SALAS DE EXPOSIÇÃO, ESPAÇOS PATRIMONIAIS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS – parecer prévio vinculativo (6/AQBS/DTC/2016 - 2/DIVER/DTC/2016)-----

EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----

N.º 19 – PROJETO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA – ESTUDO PRÉVIO (1230/ENTE/DAJA/2016 - 2/ESCOL/EPH/2015) -----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 20 – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL – Reunião de 24 de fevereiro de 2016 (24/PGEN/UISE/2016)-----

N.º 21 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – Ano letivo 2015/2016 (1/PPRC/UISE/2016 - 17/ADESC/DEAS/2013)-----

N.º 22 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (6.ª FASE) E ENSINO SECUNDÁRIO (3.ª FASE) (5/ESPP/UISE/2016 - 56/ADESC/DEAS/2013)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 23 - UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DO PAVILHÃO JÁCOME RATTON – Sporting Clube de Tomar (704/ENTE/DAJA/2016 - 3/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 24 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA E DO PAVILHÃO JÁCOME RATTON – Ginásio Clube de Tomar (709/ENTE/DAJA/2016 - 1/CEDESP/UDJ/2014)

N.º 25 - UTILIZAÇÃO DOS GINÁSIOS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL E DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Sport Club Operário de Cem Soldos (921/ENTE/DAJA/2016 - 12/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 26 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Tênis Clube de Tomar (747/ENTE/DAJA/2016 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----

N.º 27 – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PARA JOGOS E TORNEIOS OFICIAIS NA ÉPOCA 2015/2016 – ISENÇÃO DE CUSTOS (7/EVAT/UDJ/2016 - 2/APOIOS/DDJ/2013) -----

N.º 28 – EVENTO TOMAR COR – preço da inscrição (34/PGEN/UDJ/2016) -----

Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao período de Atendimento ao Público.-----

Esteve presente a Turma M do décimo segundo ano, do Curso de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente, da Escola Secundária Jácome Ratton, no seguimento de um



trabalho que realizou, no corrente ano letivo, no âmbito da disciplina de Estudo e Organização do Trabalho, intitulado "A (in)segurança dos edifícios degradados – O caso do edifício da Gráfica de Tomar", cujo relatório fez chegar previamente ao Executivo Municipal.-----

O primeiro aluno referiu que os alunos sabiam, à partida, que teriam problemas na recolha da informação e que, durante a realização do trabalho encontraram um site que fala sobre a problemática dos prédios devolutos, onde tomaram conhecimento de que, para prevenção do risco de incêndio, as vistorias devem ter lugar de dois em dois anos, e que, para além das vistorias regulares, há lugar a vistorias extraordinárias, a pedido do presidente da Câmara. Perguntou se a Câmara já fez vistorias ao edifício e em que ano ocorreram.-----

O Sr. Vereador Rui Serrano informou que a Câmara não promoveu nenhuma vistoria ao edifício e adiantou que, desde o início do mandato, realizaram reuniões com o respetivo proprietário no sentido de proceder a intervenção no edifício, no âmbito da área de reabilitação urbana, tendo o proprietário mostrado interesse em intervir, procurando um enquadramento ao nível dos fundos comunitários. Referiu que o edifício requer atenção e acompanhamento porque está devoluto há bastante tempo e se encontra num estado de degradação avançado, estando o proprietário sensível a fazer uma intervenção de forma a promover a respetiva recuperação e utilização.-----

O segundo aluno deu conhecimento que fizeram alguns inquéritos e que os inquiridos indicaram como perigos para os cidadãos e para a via pública, entre outros, os maus cheiros e a possível queda de objetos do edifício. Perguntou quais são, realmente, os vários riscos do edifício para a via pública e para os cidadãos.-----

O Sr. Vereador Rui Serrano disse que o edifício se encontra em fase avançada de degradação existindo a possibilidade de eventual queda de telhas, para o que foi alertado o proprietário. No que se refere aos maus cheiros, disse que não é situação que lhes tenha sido reportada mas vai ser, com certeza, tida em consideração.-----

O terceiro aluno referiu que sabem que os proprietários dos prédios devolutos têm uma penalização em sede de IMI, e têm que pagar o referido imposto a triplicar, mas constataram que não é penalização suficiente. Perguntou se a Câmara Municipal não pretende ir mais longe ou tentar um acordo com os proprietários para encontrar forma de recuperar o prédio.-----

A Sra. Presidente informou que a penalização do IMI decorre da lei geral e não é a Câmara que delibera nesse sentido. Reforçou que a Câmara tem estado em conversações com os proprietários no sentido de reabilitarem o edifício e que estes têm vontade de o fazer. Referiu que deve ser tido em conta que se trata de propriedade privada e que os proprietários têm



total liberdade para decidir o que farão sendo certo que há questões que podem, de alguma forma, condicionar o andamento da reabilitação do edifício: – está inserido na Área de Reabilitação Urbana (ARU) e tem acesso a um conjunto de benefícios fiscais mas uma das suas frações tem inquilinos e os proprietários terão que resolver a situação, dependendo do uso que lhes pretendam, ou não, dar; - por outro lado, apesar dos benefícios fiscais, para reabilitar o edifício, os proprietários irão recorrer a fundos comunitários, no âmbito do programa Portugal dois mil e vinte, os quais, para os particulares, se cingem a um instrumento financeiro cuja regulamentação ainda não é conhecida. Referiu que, neste momento, os proprietários, privados ou públicos, ainda não sabem com o que podem contar para promover a reabilitação e que o que se passa com o edifício da Gráfica se passa, também, com outros edifícios do centro histórico.-----

O quarto aluno deu conta que uma parte do trabalho consistiu em fazer inquéritos a estrangeiros, questionando-os sobre a imagem daquele edifício para Tomar e, também, que tipo de utilização gostariam que aquele lhes oferecesse, tendo os inquiridos respondido que dá uma má imagem e falado muito em hostel low cost. Perguntou qual era o comércio que a Câmara gostaria de ali oferecer se conseguisse intervir.-----

A Sra. Presidente reforçou que o edifício é privado e cabe aos seus proprietários decidir a respetiva utilização, respeitando o Plano de Pormenor do Centro Histórico. Referiu que, possivelmente, o tipo de utilização referido seria do agrado do proprietário mas o investimento no edifício será avultado e, sem perceberem dentro de que regras é que podem trabalhar, não irão, com certeza, definir uma utilização para o espaço. Perguntou aos alunos se contactaram os proprietários e lhes apresentaram o trabalho, sugerindo que o façam porque realizaram um breve estudo de mercado sobre aquele espaço e, se calhar, os proprietários gostariam de saber que esse tipo de utilização tem recetividade em quem nos visita e na população. -----
Em resposta, **o aluno** disse que tentaram o contato com os proprietários mas os mesmos não mostraram nenhum interesse, nem deram resposta.-----

A Sra. Presidente agradeceu aos alunos o trabalho realizado, evidenciando que estão interessados no nosso património edificado, sobretudo do centro histórico, e preocupados com a sua evolução, e, até, com o desenvolvimento económico. Perguntou aos alunos se gostariam que a Câmara fizesse chegar aos proprietários o relatório do trabalho. -----
Perante a resposta afirmativa do aluno, **a Sra. Presidente** disse que o relatório vai ser levado ao conhecimento dos proprietários. -----



Esteve ainda presente o **Sr. Manuel Marques Lopes**, que pretende saber o ponto da situação da revisão do Plano Diretor Municipal que está prevista há alguns anos. -----

A Sra. Presidente disse que a revisão do Plano Diretor Municipal está em curso há dezasseis anos e que, cada vez que está quase prontinha, surge uma alteração legislativa e tem que se começar quase tudo desde o início. Informou que, neste momento, está prevista para setembro a realização de uma reunião da comissão de coordenação de avaliação, que integra as vinte e uma entidades que têm que dar o parecer final. Deu conhecimento que o trabalho com as freguesias está terminado e que é o resultado desse trabalho que vai ser apreciado naquela reunião, sugerindo o contato com a respetiva Junta de Freguesia, caso não tenha conhecimento dessa proposta. -----

Terminado o período de atendimento ao público, a Sra. Presidente deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente deu conta da reunião havida com a Secretaria de Estado do Ordenamento sobre o Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, reservando as informações sobre o assunto para a discussão do ponto um da ordem do dia. Deu conhecimento que foram iniciadas as negociações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, tendo ficado sem enquadramento comunitário os investimentos para renovação do parque de campismo (seiscentos mil euros), para alteração nas instalações municipais da Abegoria com vista à instalação de um centro social, e para o realojamento em novas tipologias (foi considerado tratar-se de construção nova mas fizeram perceber a necessidade desta questão, essencialmente para a comunidade cigana, e conseguiram um reforço das verbas na reabilitação de edifícios para habitação social); foi repartido em duas fases o investimento para requalificação do espaço do Flecheiro e da Avenida Nuno Álvares Pereira, e para musealização da Levada; foi diminuído o investimento para reabilitação do Convento de São Francisco e valorização das ruínas romanas. Informou que uma parte do investimento dos projetos que integram o PEDU está afeto ao instrumento financeiro cujas regras, de acordo com a informação recolhida, só estarão concluídas no final do ano, situação que afeta o Município e todos os privados que queiram investir. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão começou por valorizar a presença da turma do décimo segundo ano da Escola Secundária Jácome Ratton e sublinhar o papel da docente que a acompanha uma vez que, como sabem, normalmente, se não forem os docentes a impulsionar os seus alunos será mais difícil que estas oportunidades aconteçam. Disse que a Professora



Ana Paula tem este bom hábito de levar os seus alunos até às instituições públicas e isso deve ser valorizado. Informou que, no seguimento da aprovação do novo procedimento de votação do orçamento participativo, encontra-se a decorrer, de hoje até quinze de março, o novo período de votação. Deixou o repto a que todos escolham e votem nos projetos que entenderem mais pertinentes. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques salientou a presença da turma e da respetiva docente e, também, a preocupação destes alunos com o património, que é de todos. Disse que, tal como foi abordado pela Sra. Presidente, o problema da recuperação deste património prende-se, acima de tudo, com aspetos financeiros porque, muitas vezes, as famílias ficaram com o património por herança mas, muitas vezes, estão descapitalizadas e não têm capacidade económica para fazer a reabilitação que tanto gostariam. Disse que não passa pela cabeça de ninguém que qualquer proprietário que tenha um edifício destes, e tenha capacidade para o fazer, não promova a sua reabilitação. Referiu que os custos são elevados e que a realidade em termos de financiamento é grave, como se verifica pela informação relativa ao instrumento financeiro, algo que devia estar disponível há dois anos, cuja regulamentação só estará concluída no fim do ano. Em matéria de saúde, disse que o que lhes vem sendo relatado é grave e, sem saber que intervenção houve da parte da Câmara, acha que, se calhar, temos que ser mais assertivos, ou mais exigentes, para que haja eco das situações que aqui são apresentadas, cujos intervenientes, se necessário, após prévia autorização, poderá identificar. Referiu que não é surpresa para ninguém que continua a haver pessoas da zona de Tomar que vão para Abrantes e, por falta de condições, passam dias e dias nos corredores, o que é inaceitável, tanto mais que se trata de um centro hospitalar que tem três hospitais e, naquele que tem condições e onde há mais população, a população não é servida como deve ser, por força de algumas exigências ou de alguns protagonismos que Abrantes foi tendo e nos têm prejudicado. Afirmou que têm que fazer todos os esforços para reivindicar, seja perante quem for, e que, no caso da saúde, devem ter tolerância zero, espera que as coisas não mudem só porque o governo mudou pois, para si, é tão fácil criticar os outros como criticar estes, ou quaisquer outros. Questionou o que é que faz com que tarde a medicina interna se temos condições em Tomar, o que é que faz com que, constantemente, assistam à deslocação dos nossos cidadãos para Abrantes, onde não têm condições, salientando que não quer - nunca defendeu nem defenderá - que os cidadãos de Tomar tenham melhores condições que os de Abrantes ou Torres Novas, não podem é ter piores, têm que ter condições semelhantes, o que não está a acontecer e é responsabilidade do Ministério da Saúde e do Conselho de



Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Disse que outra situação que merece atenção, e reporte à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, é a relação dos médicos de família com os utentes. Salientou que não faz sentido, e é inaceitável, que, para terem médico, muitas pessoas tenham que ir para os centros de saúde às seis da manhã, especialmente no inverno, com chuva e frio, ficando ainda mais doentes por estarem ali, à espera, naquelas condições, e, por outro lado, os doentes são encaminhados para médicos particulares nas especialidades que existem no Centro Hospitalar. Disse que importa saber se há alguma limitação – se há, não deve haver – para que os médicos de família prescrevam exames médicos porque, há muito tempo, há relatos de pessoas que, se queixam de determinadas doenças e percebem que há uma relutância dos médicos em as encaminharem para as especialidades. Disse que estas pessoas até lhes pedem para não intervir, com receio de não serem atendidas quando lá forem, têm receio, e medo, e isto não pode acontecer. Disse que lhes compete, enquanto seus representantes, defender os munícipes no local próprio, que compete à Sra. Presidente, ou a quem tem o pelouro da saúde, colocar estas questões junto das entidades competentes – todas as situações têm nome, se for caso disso – e obter as respostas que se impõem. Afirmou que é uma preocupação que têm que ter e espera que este assunto não caia em saco roto, porque já é aqui falado há alguns meses e, mais recentemente, nas duas últimas reuniões. Deu conta que, hoje, lhe foi reportada a descarga de duas ou três camionetas de pneus numa rua sem saída, a seguir ao Jardim de Infância de Tomar, à esquerda, na Rua Coronel Garcês Teixeira, e espera que não tenha nada a ver com arranjos paisagísticos, que não sigam ali o mau exemplo que fizeram no mercado. Disse que, se assim for, quer ver qual é a postura da Câmara, como é que vão reagir a isto. Pediu a deslocação ao local para averiguar a situação e atuar como é devido. Perguntou se está equacionada, sequer, a hipótese de concessionar o parque de campismo e/ou a hipótese de ter qualquer empresa ou associação do setor ligada ao turismo e desenvolver a atividade do turismo, usando os nossos serviços e a nossa competência nessa área. Disse que ouviu falar nisso por aí e deixa a pergunta porque o parque de campismo e os serviços de turismo continuam a ser municipais e a competência é da Câmara. De seguida, referiu-se à comemoração do aniversário dos Bombeiros que, este ano, não foi nem a vinte e oito de janeiro nem a vinte e quatro de fevereiro, vai ocorrer no dia um de março. Salientou que, ao longo dos mandatos anteriores, os Bombeiros sempre tiveram grande autonomia e estão a perdê-la, cada vez mais, e, que, apesar de serem municipais, continuam, cada vez mais, sem saber quando é que estas efemérides, que têm relevo para a comunidade, devem acontecer.



Referiu que não tem grandes dúvidas da influência que tem a recente alteração que houve no Comando dos Bombeiros pois o Comandante dos Bombeiros é o Chefe de Divisão, depende da estrutura municipal, o que nunca aconteceu, e, porque nem é de Tomar, para ele, não faz grande diferença, adequa-se às instruções que recebe, e a autonomia dos Bombeiros vai desaparecendo. Reiterou que foi um abuso mudar a data do aniversário dos Bombeiros sem haver sequer uma deliberação da Câmara Municipal, e sem que a Assembleia se tenha pronunciado. Disse que, lendo a História dos Bombeiros, se percebe que a data de vinte e oito de janeiro de mil novecentos e vinte e três, foi a data em que a Câmara Municipal, presidida por João Torres Pinheiro, apresentou oficialmente, em sessão solene, o Corpo de Salvação Pública de Tomar, Corpo de Salvação que foi instruído por Amadeu Vieira da Silva, Chefe da Secção dos Bombeiros Municipais do Porto, e teve o seu batismo de fogo, durante a fase de instrução, a três de setembro de mil novecentos e vinte e dois, no incêndio que deflagrou no edifício situado no gaveto da Rua de São João. Disse que, a data de vinte e quatro de fevereiro está relacionada com a apresentação do regulamento, sem que haja unanimidade quanto ao ano, mil novecentos e vinte e dois ou vinte e três. Salientou que o dia do aniversário dos Bombeiros que, há algumas décadas, se comemorava a vinte e oito de janeiro, foi alterado por alguém que assim o entendeu, e a Sra. Presidente, por assim dizer, deu o seu agreement, deu corpo a essa decisão. Disse que é inaceitável, e muito mais inaceitável é não haver uma data própria, como o prova a comemoração este ano a um de março, pois entende que os nossos Bombeiros merecem que o dia do aniversário seja comemorado no dia próprio e, sendo caso disso, ter um dia diferente, particularizado e solene, o que não está a acontecer. Disse que coloca aqui a situação porque ainda tem remédio, haja bom senso, apurem-se concretamente os dados históricos e, por uma questão de dignidade do Corpo de Bombeiros, mantenha-se o dia vinte e oito de janeiro pois é a data que sempre foi comemorada e que, inclusivamente, é conhecida das instituições e entidades administrativas públicas que superintendem nos Bombeiros. -----

A Sra. Presidente defendeu que, com base em deliberação da Câmara, os Bombeiros Municipais de Tomar foram criados a vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e vinte e dois, e só se apresentam a vinte e oito de janeiro do ano seguinte porque foram criados antes, não se podiam apresentar publicamente se antes não tivessem sido criados. Esclareceu que a junção da comemoração do aniversário dos Bombeiros ao Dia Um de Março se prende com a dignificação da atividade dos Bombeiros e da comemoração em si, porque o dia um de março é o dia internacional da proteção civil, situação que nada tem que ver com o atual ou com o



[Handwritten signature]

anterior Comando. Reforçou que, de acordo com os documentos oficiais, é de vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e vinte e dois a deliberação para criação do Corpo de Bombeiros, que, após instrução, iniciada a um de setembro do mesmo ano, se apresenta à população, numa sessão extraordinária realizada a vinte e oito de janeiro de mil novecentos e vinte e três. Informou que é possível que os pneus sejam para fazer consolidação do talude por trás da Escola Raúl Lopes, sublinhando que há prémios nacionais e internacionais para arranjos com este tipo de material e que vão continuar a utilizá-lo em arranjos onde tal se justifique, a exemplo do que acontece noutros locais. Salientou que, oficialmente, o parque de campismo não existe, pois o Plano de Pormenor em vigor prevê um Parque da Cidade, mas ficou tudo a meio caminho, sem parque de campismo e sem parque da cidade. Garantiu que há intenção de rever o Plano de Pormenor para enquadrar aquele equipamento porque faz parte do nosso património e a sua localização no centro da cidade é algo que nos distingue no conjunto dos municípios. Afirmou que nunca lhes passou pela cabeça o parque deixar de ser municipal e que, por falta de pessoal, o que vai acontecer, talvez daí a confusão, é, em fins-de-semana alternados, o posto de turismo encerrar e funcionar no parque de campismo, mas sempre com funcionários da Câmara. Disse que não têm intenção de fazer qualquer alteração a esse nível, antes pelo contrário, pretendem reposicioná-lo oficialmente, em sede de revisão do instrumento de gestão territorial, onde sempre esteve, valorizá-lo e dar-lhe dignidade, apesar de, infelizmente, o investimento ter ficado excluído do financiamento comunitário. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que espera que não aconteça como no passado, em que tiveram empresas privadas a trabalhar dentro do Turismo. Retomando a questão dos Bombeiros, porque há Bombeiros que estão incomodados com a questão, disse que, se lerem bem os documentos oficiais, nomeadamente os Anais, verificam que, já em mil novecentos e dezassete, há referência à criação de uma corporação de Bombeiros Voluntários, e que, em mil novecentos e vinte e um, a Câmara aprovou a proposta de regulamento para o Corpo de Salvação Pública de Tomar, através do Vereador Gonçalves Ribeiro, documento que foi analisado por todos os envolvidos e cuja versão final foi aprovada a sete de dezembro, foi enviada à Comissão Executiva, vindo a ser aprovada, em reunião do Executivo, a vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e vinte e dois. Salientou que é claro que foi em reunião de Câmara, numa sessão solene extraordinária, realizada a vinte e oito de janeiro de mil novecentos e vinte e três, que foi criado o Corpo de Salvação Pública, pois não se ia criar este Corpo sem ter um regulamento de funcionamento, o qual foi aprovado a vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e vinte e dois, tendo, depois, sido dados passos, nomeadamente a



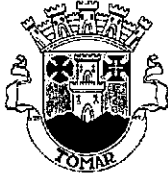
instrução dos Bombeiros, para ter o Corpo de Bombeiros preparado para intervir. Disse que é isto que a história diz e que é errado pensar de outra maneira, e que o mais grave é isto tudo não ter sido aqui discutido e alguém tomar essa decisão, fazendo lembrar o que tem sido este mandato, em que nunca receberam nenhuma informação sobre o exercício das competências da Câmara delegadas na Sra. Presidente com a faculdade de subdelegação, não as conhecem. Disse que, se estiver errado então digam quais foram as comunicações que foram enviadas aos vereadores, para conhecimento, ou presentes a reunião de Câmara sobre esses processos, deferidos ou indeferidos, cuja competência cabe ao órgão. Reforçou que é grave que esta decisão tenha sido tomada sem a devida discussão, como se de algo sem importância se tratasse, pois têm que ter memória, até para os vindouros, não podem mudar o que era uma prática, sem justificação devidamente válida. -----

A Sra. Presidente disse que não pode acompanhar o Sr. Vereador nesta interpretação.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro destacou a presença dos alunos da Escola Secundária Jácome Ratton e deu os parabéns à professora Ana Paula, que conhece há muitos anos, fazendo suas as palavras proferidas pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão. Referindo-se à questão do aniversário dos Bombeiros, disse que, independentemente das muitas interpretações que possam fazer, e de alguém ter chegado à Câmara e interpretado a data da criação de forma diferente daquela que vinha sendo celebrada, a Sra. Presidente não se pode esquecer que, ao alterar a data, da forma unilateral como o fez, está (não quer dizer a ofender os Bombeiros de Tomar), de certa forma a violar um costume próprio de alguém que, há muitos anos, celebrava a data no dia vinte e oito de janeiro. Referiu que não podem esquecer a parte consuetudinária, o costume, pois quem o celebrava naquela data celebrava-o por alguma razão e não é porque chegou alguém à Câmara, ao fim destes anos todos, e decidiu que os outros andavam enganados e ele é que anda certo (ele ou a Sra. Presidente), descurando por completo toda a questão consuetudinária, e o registo da data de vinte e oito de janeiro como data de aniversário dos Bombeiros de Tomar, que a alteração fica justificada. Disse que foi um abuso ter alterado a data desta forma, mas não foi só um abuso da Sra. Presidente – aqui discorda do Vereador Pedro Marques – pois, recordou, o assunto foi abordado na Assembleia Municipal, através de moção apresentada pelo PSD, para que a data de aniversário dos Bombeiros continuasse a ser celebrada nos moldes como era celebrada anteriormente, e, na ausência de um dos elementos do PSD, a moção foi rejeitada com os votos da CDU, do PS e do BE, e o voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Sublinhou que, se há aqui culpados, aqueles três partidos e, em última instância, com o seu voto de qualidade, o Sr. Presidente da Assembleia



também decidiram que a data do aniversário dos Bombeiros deixasse de ser celebrada no dia vinte e oito de janeiro. No que se refere à saúde, reafirmou que é preocupação comum aos sete membros deste órgão a situação da saúde em Tomar e a ausência de hospital em Tomar pois, como o PSD sempre defendeu, sem ter medicina interna e urgências médico-cirúrgicas não se pode apelidar de hospital. Sublinhou que, independentemente de todas as moções que possam ir à Assembleia Municipal e de toda a boa vontade deste órgão para aprovar qualquer proposta e manifestar a intenção de que, com a maior brevidade possível, regressem ao Hospital de Tomar aquelas valências, todas essas propostas podem cair em saco roto se não houver um plano de ação da saúde. Disse que fala nisto porque está-lhes a ser apresentado, para conhecimento, um plano de desenvolvimento social, que engloba um plano de ação social, e há muito tempo que alerta para a necessidade de ter um plano de ação para a saúde no concelho de Tomar, ou seja que é necessário que se faça um estudo aprofundado da população de Tomar, a média de pessoas que recorrem às urgências de Tomar, comparativamente com os outros concelhos, e a necessidade que há, tendo em conta dados estatísticos próprios, tendo em conta que são servidas por este Hospital pessoas de Ourém e de Ferreira do Zêzere, entre outros. Sublinhou que, sem esse plano, quaisquer propostas que possam fazer chegar ao Ministério podem cair em saco roto, por falta de fundamentação. Disse que todos sabem que o que reivindicam é necessário, e urgente, mas se não derem dados estatísticos concretos, se não tiverem um plano de ação, tudo o que possam fazer cai em saco roto. Voltou a apelar à elaboração desse plano, propondo-se o PSD apresentar, na próxima reunião, alguns dados estatísticos relativamente a esta questão, que têm vindo a debater e a estudar. Recordou que, em novembro de dois mil e catorze, o então Vice-Presidente Rui Serrano afirmou aqui que já tinha todas as autorizações necessárias por parte dos proprietários para poder intervir na recuperação do Fórum Romano, assim como foi, então, um dado assente que íamos ter o investimento de uma empresa indiana em Tomar, só não se disse o terreno por uma questão de especulação. Disse que são tudo questões assentes mas, neste caso concreto das ruínas romanas, certo é que, decorrido mais de um ano, nada sabem, e querem saber como está a situação. Ainda sobre os Bombeiros, deu conhecimento que lhes chegaram alguns relatos relativamente aos piquetes ao Quartel, no sentido de que, muitas vezes, os piquetes diurnos e noturnos não são constituídos pelo número que está na escala de serviço, situação que é preocupante e deve ser apurada e objeto de análise. Retomando a questão da localização da máquina de pagamento do parque de estacionamento nas traseiras do edifício da Câmara e a sugestão que apresentaram para que fosse colocada no rés-do-chão,



por ser frequente verem utentes a perguntar onde se efetua o pagamento – é o único parque que conhece onde as viaturas têm que parar à saída para efetuar o pagamento; às vezes, constituem-se filas de pessoas à espera de pagar e assistem a algum embaraço na concretização do ato do pagamento - perguntou qual é o ponto da situação, e sugeriu que, provisoriamente, enquanto não se providencia o pagamento à entrada, seja colocada sinalização indicativa de que o pagamento é feito no piso superior, à saída. Para terminar, disse que os vereadores do PSD pretendem saber mais pormenores sobre a proposta que apresentaram a onze de março de dois mil e quinze, para constituição de um gabinete de apoio aos empresários, no âmbito do Portugal dois mil e vinte, que, segundo a lei, teria que ser apresentada ao órgão na reunião seguinte mas, até à data, apenas sabem que não foi agendada. Disse que está sempre na expectativa de saber se consta da ordem do dia das reuniões que se têm realizado desde então e fica triste quando verifica que não está porque a Sra. Presidente está não só a não apoiar os empresários como está, mais uma vez, a violar, de forma flagrante, a lei. -----

Os Srs. Vereadores João Tenreiro e António Jorge apresentaram a seguinte RECOMENDAÇÃO: "PLANO MUNICIPAL DO TURISMO - O setor do turismo tem vindo a ser cada vez mais apontado como um fator de desenvolvimento para o concelho Tomar. -----

Todavia, não encontramos, por parte desta governação PS/CDU, qualquer política de fomento, desenvolvimento, apoio e organização desta atividade e muito menos qualquer apoio concertado aos empresários da região, não se sabendo até qual o seu real enquadramento dentro do Plano Estratégico para Tomar.-----

Assumindo o turismo particular relevância na economia local, é pois crucial que o concelho apresente uma estratégia pautada na autenticidade, diversidade e qualidade, com vista a aumentar o número de visitas, do tempo de permanência e de gastos por turista. -----

Deste modo os vereadores do PSD recomendam que se elabore, um Plano Municipal de Turismo de Tomar, que deverá ser um documento de referência à atuação da Câmara Municipal, no sentido de orientar as suas intervenções de acordo com as linhas estratégicas definidas para o desenvolvimento do sector do Turismo, ao nível do município. -----

Recomenda-se que sejam ouvidos vários agentes económicos, empresários da região ligados ao setor, dirigentes associativos, comerciantes e instituições do concelho que direta ou indiretamente trabalhem no setor, assim como diversos operadores turísticos e agências de viagens. -----



Recomenda-se que sejam abordadas várias temáticas, entre as quais, a identificação dos valores e recursos turísticos, que constituem elementos de atração do concelho, assim como uma caracterização e análise da oferta e da procura. -----

No âmbito da oferta, interessa conhecer a capacidade de acolhimento dos diversos tipos de estabelecimentos (alojamento e restauração) localizados em Tomar, saber que produtos e serviços têm para oferecer e de que forma são promovidos. -----

Assumindo-se a importância do Convento de Cristo e de Tomar no contexto da História de Portugal como elemento base da atividade turística, enquadrando-se com a albufeira do Castelo de Bode e Santuário de Fátima, importa identificar o conjunto de atividades que devem ser exploradas de forma a promover a diversificação qualificada da oferta turística do concelho. Conhecer a procura turística, quanto à sua origem, aos seus gostos, às suas necessidades, quais os produtos que mais procuram e qual a duração da sua permanência em Tomar, são elementos fundamentais para que o sector se transforme e ajuste, sem estar dependente de mercados específicos ou exposto a situações conjunturais de risco, assim como a alterações dos padrões de comportamento de grupos sociais identificados como potenciais clientes.-----

O investimento realizado e as receitas arrecadadas no sector turístico constituem temáticas importantes para analisar o comportamento do mercado e definir áreas de aposta turística, mediante a racionalização das infraestruturas e equipamentos, bem como na garantia da viabilidade dos projetos. -----

Recomenda-se a elaboração de um programa de marketing e promoção turística, pois trata-se de um documento essencial para qualquer região de turismo, face à competitividade dos mercados, devendo ser usado em função do que se pretende, definindo em concreto qual a imagem, marca ou valores a associar.”-----

A Sra. Presidente disse que a ação na saúde não se pode centrar nos cuidados hospitalares, tem que haver articulação entre os cuidados primários e os cuidados hospitalares, pois só conseguem aliviar os cuidados hospitalares se reforçarem a ligação entre os primários e os hospitalares. Disse que a situação tem sido abordada nas reuniões com a ARSLVT pois urge resolvê-la, mas a resolução não depende da Câmara, pese embora estejam disponíveis para ajudar. Sublinhou que o Vereador Bruno Graça já trouxe aqui, pelo menos duas vezes, informação sobre a constituição de grupos de trabalho no âmbito do ACES Médio Tejo, que o Município integra, precisamente para a elaboração de um plano mais centrado nos cuidados primários porque é aí que se deve apostar mais, até na prevenção. Informou que vai ser colocada sinalização no parque de estacionamento de forma a ultrapassar a situação referida.



[Handwritten signature]

Quanto à valorização das ruínas romanas, informou que o projeto está contemplado no PEDU tendo sido um dos investimentos que teve um grande corte de verbas. Referiu que o projeto está feito e orçamentado, sabem o que querem fazer e estavam à espera de fundos comunitários, pelo que, agora, vão ter que repensar fazer um projeto mais adequado às verbas que vão ter. Sobre as escalas dos bombeiros disse que não há falta nos turnos diurnos e, às vezes, há falta nos noturnos. Disse que, para evitar que possa haver especulações, quando, mensalmente, assinar as escalas de serviço, envia para os Srs. Vereadores, para poderem ver que todos os turnos estão assegurados. Referiu que pode acontecer que estejam seis pessoas escaladas para fazer pernoitas e só lá estejam duas ou três, mas as pernoitas são asseguradas por voluntários e o Município não pode agir sobre os voluntários, daí ter produzido um despacho para o Comando, no início de fevereiro, no sentido de criar uma segunda escala de serviço para estarem em situação de prevenção. Informou que a proposta do Portugal dois mil e vinte vem quando vier.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que não esperava esta resposta da Sra. Presidente quanto à falta de agendamento da proposta do Portugal dois mil e vinte e informou que a vai comunicar à CADA, porque é uma violação grave da Lei das Autarquias Locais e do Estatuto da Oposição.-----

A Sra. Presidente referiu que, já em anteriores reuniões, lhes tinha dito isso.-----

O Sr. vereador Hugo Cristóvão disse que não sabe se os referidos pneus serão para a intervenção que está prevista mas aproveita para referir que este Executivo herdou um conjunto de problemas nos edifícios escolares novos (Nuno Álvares Pereira, Raúl Lopes e Centro Escolar dos Casais). Informou que, no caso da Escola Raúl Lopes, está em causa uma obra que, na prática, ficou inacabada pois o talude nas traseiras da EB um ficou desprotegido e, desde o início, o Município, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, tem procurado encontrar forma de resolver, desde logo porque pode colocar em perigo as crianças que frequentam aquele espaço, nomeadamente se as terras começarem a ser alvo de erosão, podendo, em situação de chuvas mais intensas, provocar ali uma situação preocupante. Informou que o assunto tem vindo a ser discutido com o Agrupamento e com os serviços municipais de obras e de jardins, e a solução encontrada foi o arranjo desse talude com recurso à colocação de pneus, que ajudam a segurar a encosta e, depois, podem ser utilizados de forma semelhante ao que aconteceu no mercado, com as devidas adaptações face à inclinação do terreno e à utilização do espaço por crianças do primeiro ciclo. Disse que, em termos pessoais, a solução dos pneus também não é aquela que se lhe afigura como ótima



mas têm que equacionar o ótimo e o possível. Sublinhou que esta intervenção devia ter sido feita durante a obra, mas, por algum motivo, não foi, ficou de fora, e aquilo que os nossos técnicos e o próprio Agrupamento pedem, e outros recomendam, é precisamente a utilização dos pneus como o método mais eficaz, por um lado por questões ambientais - a utilização dos pneus para estes fins previne que possam ser abandonados ou queimados - e porque é uma solução eficaz e relativamente barata para segurar as terras e ter ainda a possibilidade de os próprios alunos decorarem os pneus e os espaços entre eles. Concluiu que o assunto tem vindo a ser trabalhado nos últimos meses e tudo indica que venham a concretizar a obra algures na interrupção letiva que se avizinha. -----

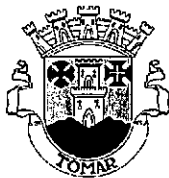
O Sr. Vereador Bruno Graça saudou os alunos e a professora pela iniciativa. Referindo-se ao talude da Escola Raúl Lopes, disse que a intervenção está programada há algum tempo e está agora a ser executada, destinando-se a segurar as terras que impedem que os alunos possam utilizar com segurança toda a parte do lado da Escola Gualdim Pais. Referiu que, recentemente, com as grandes chuvadas que ocorreram, houve deslizamentos de terras que atingiram a parte onde a escola pretendia colocar mesas de pingue pongue para os alunos poderem jogar e brincar. Esclareceu que a intervenção parte do aproveitamento e reciclagem de pneus mas não utiliza exatamente a mesma técnica que foi utilizada na encosta do mercado. Sobre a questão da saúde, disse que é evidente que o Sr. Vereador João Tenreiro vem falando várias vezes do plano de ação da saúde para Tomar, e pensa que, se calhar, isso tem a ver com má consciência por aquilo que o PSD fez ao longo dos anos em Tomar, e das responsabilidades que tem na situação do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Disse que estas coisas têm sempre que ir lá atrás, não é só para a frente, já houve muitas assinaturas recolhidas, muita movimentação da população, muito esforço em períodos anteriores e, quando essas questões chegaram ao Parlamento, os Srs. Deputados votaram contra as propostas apresentadas pela população. Sublinhou que, em vez de falar muito disto gostava mais que fizessem e que, agora, mais uma vez, terão uma oportunidade, aprovando os dois projetos (um do PCP e outro do PS) apresentados na Assembleia da República, com o objetivo de incentivar e de criar as condições necessárias para que o Hospital possa vir a ter a eficiência e a utilidade que as populações de Tomar e da região necessitam. Disse que esta questão da saúde tem muito a ver com as políticas nacionais, que esta coisa dos serviços públicos, nas áreas da educação, da segurança social e da saúde, prendem-se muito com as políticas nacionais e que, de facto, nos últimos anos, no governo do PSD e do CDS, as políticas relacionadas com os serviços públicos eram todas para privatizar, para cortar, para ir



2-

diminuindo a sua capacidade de intervenção. Disse que é um bocado fazer de "dona virgem" vir agora dizer que a culpa de não haver uma saúde brilhantíssima em Tomar é do Executivo da Câmara Municipal de Tomar, pois não é verdade. Disse que o trabalho que está a ser feito lhes parece ser o melhor - se calhar, se o PSD cá estivesse continuaria a fazer outras coisas, é natural, por isso e que cá estão outros - estão a trabalhar com o ACES, de uma maneira silenciosa - não precisam de andar a fazer grandes parangonas nem grandes discursos - na elaboração do plano local, que é um documento que engloba vários concelhos, coordenado pelo ACES, como já aqui informou, mais do que uma vez. Referiu que têm dado toda a colaboração ao ACES para o efeito, têm total abertura para colaborar e para impulsionar, tendo tido o cuidado de indicar representantes do concelho de Tomar para trabalhar nessas comissões e esperam que o ACES possa desenvolver o trabalho que diz que quer desenvolver. Recordou a adesão imediata do Município ao projeto de âmbito nacional, coordenado pela Fundação Calouste Gulbenkian, para prevenção aos diabetes, tendo sido indicados três técnicos municipais para integrar o grupo local e receber formação para trabalhar toda essa problemática em Tomar, que é tão mais importante, pelo peso da doença na população nacional e pelo fato de a nossa unidade hospitalar ter um dos poucos hospitais da Diabetes para adultos e, ainda mais raro, um hospital para a área infantil -inaugurado neste mandato mas cujos louros que possa haver cabem ao Ministério da Saúde e ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Afirmou que estão a trabalhar e a tentar pressionar - que é o que podem fazer - o Governo e a Assembleia da República, para que tomem as medidas necessárias para que, para já, tenham profissionais, porque um problema central, que também não conseguem aqui resolver, é o combate aos lobbies que existem na saúde, em termos do número clausus dos alunos que querem ir para medicina e em termos de estágios internos que a Ordem dos Médicos controla e que impede que haja número de médicos suficientes para poder satisfazer as necessidades de medicina interna a nível do país. Afirmou que tudo irão fazer para que, no novo quadro político que hoje vivem, o Governo do PS que está em funções, com o apoio do Parlamento, possa evoluir para resoluções diferentes, para que os alunos possam, de uma maneira mais aberta, aceder aos cursos de medicina, e para que os internos possam fazer os seus estágios e entrar em funções nos hospitais, onde são precisos. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que o Sr. Vereador Bruno Graça tem vindo, constantemente, a politizar a questão da saúde de Tomar, que é algo que, pelo menos os restantes seis, sempre estiveram de acordo que não deviam fazer. Saliu que os



vereadores do PSD, até elogiando o trabalho de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Tomar, recomendaram, que fosse feito um plano para a área da saúde, até para que possam chegar junto do Ministério, ou da Secretaria de Estado, e contra-argumentar as decisões que têm vindo a ser tomadas, e, em resposta, o Sr. Vereador respondeu com um ataque cerrado ao PSD e ao Governo PSD. Disse ao Sr. Vereador Bruno que está a querer politizar esta questão e que, pelos vistos, claramente, parece que a CDU não saltou o muro, o Sr. Vereador parece que ainda não saltou o muro e ainda está agarrado ao muro de oitenta e nove, que ainda não caiu em Berlim. Disse que o Sr. Vereador porque tem um papão na cabeça, o PSD e tudo o que é privatização, o poder do capital, e, perante qualquer coisa que possam dizer em benefício da saúde no Concelho de Tomar, o Sr. Vereador vem com esse ataque, quando ninguém do PSD o atacou, antes se disponibilizou para o ajudar, fornecendo um plano estatístico que tinham sobre a matéria. Disse ao Sr. Vereador que se ambiciona, como diz, que a CDU seja poder em Tomar e ser Presidente da Câmara nas próximas eleições, não é, certamente, com esse discurso que conseguirá cativar os votos do PSD para poder ganhar a Câmara Municipal em Tomar, mas deixa isso à sua reflexão interna. Disse ao Sr. Vereador que deve mudar o seu discurso relativamente a esta questão porque, no dia onze de março de dois mil e quinze, por força da alteração legislativa à lei geral do trabalho em funções públicas, para permitir que os médicos aposentados pudessem voltar a trabalhar, com incentivos, que resultou da ação dos tais Deputados do PSD de Santarém, os vereadores do PSD alertaram para a situação e recomendaram que fosse potenciada a favor de Tomar e, em resposta, o Sr. Vereador disse que não competia à Câmara potenciar isto. Perguntou o que é que compete à Câmara fazer, se só lhe compete fazer abaixo-assinados, pois, em sua opinião, só isso não chega, ou bem que têm um plano de ação direcionado para a saúde em Tomar, concreto e aprofundado, para que possam chegar junto do Ministério e reivindicar os serviços – ninguém nos deve nada, é um direito que Tomar tem – ou então, se quiser entrar com esses problemas, com a discussão do problema do capital e que o PSD quis acabar com os hospitais públicos, não passam daqui. Salientou que não quer dizer ao Sr. Vereador o que lhe disse o Deputado Américo Pereira, na última sessão da Assembleia - se a CDU viabilizou este Governo PS então puxem a corda-, acha que não devem entrar aqui numa discussão política e que não é isso que querem para o Concelho de Tomar mas, se o PCP lá está e o Sr. Vereador puxa por isto então puxe a corda, os seus deputados que puxem a corda, para voltarem a Tomar as valências todas. Pediu ao Sr. Vereador que não meta discussões políticas na questão da saúde, pois mais ninguém o fez, estão aqui a dar sugestões, não devem ser acusados de estar a



defender o capital e a privatização da saúde, porque ninguém quer isso, estão aqui a defender a saúde em Tomar e o regresso das valências ao antigo Hospital Distrital de Tomar. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro requereu o fornecimento de informação sobre os ajustes diretos realizados entre novembro de dois mil e treze e a presente data, **bem como** a prestação de informação sobre as obras realizadas no Parque Empresarial de Tomar e respetivos custos.-----

A Sra. Presidente disse que a informação requerida consta da informação que presta à Assembleia Municipal pelo que vai fotocopiar a referida documentação para entregar ao Sr. Vereador. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que, na sua opinião, o que o Vereador João Tenreiro quer, quando fala em plano de ação para a saúde, não é mais do que um caderno reivindicativo, à semelhança do que, por exemplo, saiu do congresso da CGTP que decorreu no passado fim-de-semana. Disse que o surpreende que, no passado, tenha sido reivindicado vir para a rua e tudo mais e, agora, que as coisas estão na mesma, paradas, não se faça isso, sinceramente não percebe, questionando se será porque as cores são diferentes, porque o PCP aprova este Governo no Parlamento. Afirmou que a saúde não tem que ter divisões políticas – consigo, nunca teve e repudia quem venha com elas para a Câmara – e que devem reivindicar, ter um caderno reivindicativo. Referiu que com esta intervenção ficaram a saber que há representantes do Município nalgumas coisas, mesmo que não saibam quem, que a transparência não é total para com os membros do Executivo. Sublinhou que, se não derem eco às questões que aqui colocou e para as quais quer respostas, é porque não querem, porque a questão não é só regulamentar, é de atuação concreta, assim como na questão dos Bombeiros, não está em causa o despacho que a Sra. Presidente faz, mas o seu cumprimento ou não, pois, voluntários ou não, têm apoios através da Associação dos Bombeiros, para quem a Câmara tem dado dinheiro ao longo dos anos (ao que parece, a conta bancária não é assim tão pequena), deve haver regras, e, com todo o respeito por qualquer Bombeiro, quem é voluntário só é voluntário porque quer. Sublinhou que o problema continua a ser o que disse na altura, e não tem nada a ver com a pessoa, de um trato impecável, mas nem toda a gente serve para ocupar determinados cargos, o mal é da nomenclatura política que, geralmente, arranja os lugares para os familiares, para os amigos, para os do partido, e, enquanto continuarem assim, esta sociedade nunca chega a lado nenhum. Quanto à data do aniversário dos Bombeiros, disse ao Vereador João Tenreiro que o ataque não lhe deve ser dirigido, porque não pertence à Assembleia Municipal e não vota os documentos que ali são presentes,



tal como nunca o acusou, ou a outros do PSD de mandatos anteriores, nunca acusou e também não adianta muito porque, por exemplo, se fossem falar de pneus, lembrava um protocolo assinado em finais de noventa e sete, com uma empresa que queria investir numa unidade de reciclagem de pneus, a instalar na zona industrial e, depois, não teve encaminhamento, desapareceu, e o investimento não foi feito em Tomar. Lembrou que ainda não teve informação sobre o despacho que viabilizou a continuidade da obra da Avenida Marquês de Pombal, assim como a resposta que esperava ter recebido há mais tempo, sobre as despesas do Gabinete da Sra. Presidente. Referiu que o parecer que a Sra. Presidente terá pedido chegou em setembro ou outubro e, a menos que tenha chegado e não tenha sido presente à Sra. Presidente, admira-se que um requerimento a pedir as despesas que o gabinete fez desde o início deste mandato não tenha tido resposta, quando o parecer é claro a dizer que tem que fazer chegar aos vereadores os elementos solicitados. Chamou a atenção porque desculpa com o parecer já não pode haver e continua sem resposta. Sublinhou que as propostas são feitas e têm que ser discutidas na reunião seguinte, independentemente da opinião de cada um, não são para ficar adiadas, ressalvando que têm maioria para, se quiserem, as chumbar. -----

A Sra. Presidente informou que enviou os elementos solicitados sobre a obra da Rua Marquês de Pombal e disse que vai ver o que se passa com o requerimento porque, salvo erro, na sua caixa, só tem um requerimento do PSD para responder.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques salientou que a Sra. Presidente nunca deu resposta ao requerimento sobre as despesas do ex-chefe de gabinete e que é desse que está a falar agora, e de que tem falado várias vezes, e que, se for preciso insistir por escrito, ou apresentar novamente o requerimento, o fará na próxima reunião. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro esclareceu que não acusou o Vereador Pedro Marques de nada, antes pelo contrário, reforçou que estava enganado a por as culpas na Sra. Presidente porque não é a única culpada pela alteração da data, também o PCP, o BE e o PS chumbaram a moção apresentada pelo PSD para que a data continuasse a ser a de vinte oito de janeiro. Referiu que apesar de o PSD e os IpT terem maioria no órgão deliberativo, e terem votado favoravelmente, houve um membro que saiu e, perante o empate, o voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez com que a moção não fosse aprovada, daí ter dito que os culpados da data não se celebrar atualmente a vinte e oito de janeiro são a Sra. Presidente e, também, o PS, o BE, o PCP e o Senhor Presidente da Assembleia. -----



[Handwritten signature]

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que a causa do erro foi a mudança sem vir a reunião de Câmara, quem mudou é que cometeu o erro, na Câmara, pois, na Assembleia Municipal, já era para corrigir a situação. Sublinhou que mantém o que disse: o assunto nunca veio à reunião da Câmara e quem tomou a decisão fê-lo autonomamente, sem ouvir mais ninguém. -

A Sra. Presidente disse que acha mais importante discutir outras coisas em relação aos Bombeiros, como a falta de investimento durante anos e anos. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia quatro de janeiro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte seis de fevereiro de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, cento e sessenta e sete mil trezentos e dois euros e trinta cêntimos (2.167.302,30€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta e quatro mil setecentos e vinte sete euros e vinte e três cêntimos (184.727,23€) em Operações Não Orçamentais.-----

PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO:-----

N.º 01 - SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO-----

Este assunto foi retirado por indicação da Sra. Presidente, no seguimento de esclarecimento prestado pela Divisão de Gestão do Território, em momento posterior à ordem do dia, distribuído aos Srs. Vereadores, segundo o qual, a decisão oportunamente proposta poderá não ser a mais ajustada ao andamento dos trabalhos, sendo proposto que se reserve a tomada de decisão para momento posterior à emissão do competente parecer da APA e depois de reavaliado pela CCDR-LVT o procedimento de dinâmica de plano que se revele mais adequado à situação (suspensão ou alteração).-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR – LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA EM RISCOS NATURAIS-----

Foi presente a minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Tomar e o Laboratório de Investigação Aplicada em Riscos Naturais do Instituto Politécnico de Tomar



(NHRC.ipt), tendo por objeto enquadrar o desenvolvimento de atividades de cooperação que reforcem os interesses mútuos das duas instituições, na promoção do desenvolvimento integrado de ações que visem, uma abordagem territorial alargada nos domínios da investigação, divulgação de estratégias e medidas de mitigação e de prevenção de riscos naturais e de riscos mistos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus precisos termos, conforme proposto.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente propondo a revogação da deliberação de 21 de fevereiro de 2000, que atribuiu à Associação Protetora dos Animais da Região do Ribatejo um subsídio mensal de 150.000\$00 (748,20 euros) e a atribuição de um subsídio anual no valor de 12.000€, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar a deliberação de 21 de fevereiro de 2000 e atribuir o subsídio proposto, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – CEDÊNCIA DE TERRENO À CANTO FIRME DE TOMAR - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA -----

Foi presente o auto de avaliação n.º 1/2016 da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, referente ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5121 (proveniente do artigo n.º 4665) e registado na CRP Tomar sob o n.º 1197 da extinta freguesia de Santa Maria dos Olivais, bem como proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Atendendo a que algumas associações do Concelho têm as suas instalações construídas em terrenos camarários, num regime de cedência de direito de superfície; -----
Atendendo a que algumas dessas associações, pretendem efetuar investimentos nas suas instalações e para o efeito necessitam de obter empréstimos bancários; -----
Atendendo a que as associações prestam um serviço à comunidade e no sentido das mesmas poderem obter melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, proponho à reunião de câmara que delibere no sentido de para a associação em epígrafe autorizar a passagem de direito de superfície para propriedade plena, ficando os custos a encargo da associação." -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder à Canto Firme de Tomar – Associação de Cultura a propriedade plena do terreno cedido em direito de superfície por escritura de 23 de outubro de 1989, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5121 (proveniente do artigo n.º 4665) e registado na CRP Tomar sob o n.º 1197 da extinta freguesia de Santa Maria dos Olivais, nos termos e condições propostas. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----
N.º 05 - CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DE DELONGO) À JUVENTUDE MARIANA VICENTINA DE PAIALVO -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão propondo a cedência do edifício municipal, anteriormente designado Escola de Ensino Básico de Delongo, à Juventude Mariana Vicentina de Paialvo, para dinamização de atividades próprias e em articulação com a comunidade. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida cedência, nos termos constantes da minuta de contrato de comodato apresentada, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----
N.º 06 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDES DO CONVENTO DE SANTA IRIA -- Liberação de caução -----

Foi presente a informação n.º 1144/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de liberação parcial da caução referente ao contrato celebrado com a Monumenta – Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, Lda, no âmbito da empreitada de recuperação de paredes do Convento de Santa Iria. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 3 de fevereiro de 2016 e mandar libertar 30% do valor da caução prestada, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO --
No seguimento da deliberação de 5 de fevereiro de 2016 que aprovou a cedência de cinco dias de camião à Junta de Freguesia de Além da Ribeira e Pedreira, foi presente a informação n.º



909/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de camião às restantes juntas de freguesia do concelho, até cinco dias, dando origem a uma despesa até 1.055,00€ por freguesia. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a cedência de camião às juntas de freguesia do concelho, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 - CEDÊNCIA DE GASÓLEO AO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR-----

Foi presente a informação n.º 14/2016 da Divisão de Manutenção e Equipamentos, submetendo a ratificação do Executivo Municipal, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de gasóleo para abastecimento do autocarro do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, para deslocação a Alcains, no dia 14 de fevereiro de 2016, originando uma despesa de 308,33€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio concedido ao União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 09 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER-----

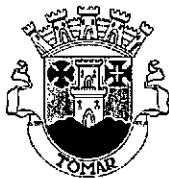
Foi presente o processo relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Fontainhas, inscrito na matriz sob o artigo n.º 133, secção U, da Freguesia de São Pedro de Tomar, de que é titular Luís Manuel Marques Santos, com informações n.ºs 1159/2016 e 1160/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 133, secção U, da Freguesia de São Pedro de Tomar, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER-----

Foi presente o processo n.º 63/DIVER/DGT/2016 relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Lagar Safado, Cem Soldos, inscrito na



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

matriz sob o artigo n.º 212, secção H, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular Cabeça de Casal da Herança de Maria da Conceição Pires, com informações n.ºs 1155/2016 e 1156/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 212, secção H, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.--- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----

Foi presente o processo n.º 64/DIVER/DGT/2016 relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale das Cevadas, Cem Soldos, inscrito na matriz sob o artigo n.º 15, secção E, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular Cabeça de Casal da Herança de Maria da Conceição Pires, com informações n.ºs 1154/2016 e 1158/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 15, secção E, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.--- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----

Foi presente o processo n.º 51/EDIF/DGT/2016 relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Fonte, Soianda, inscrito na matriz sob o artigo n.º 137, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Ana Cristina Correia Antunes, com informações n.ºs 1346/2016 e 1435/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º



137, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----

Foi presente o processo n.º 50/EDIF/DGT/2016 relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Fonte, Soianda, inscrito na matriz sob o artigo n.º 134, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Ana Cristina Correia Antunes, com informações n.ºs 1347/2016 e 1436/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 134, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----

Foi presente o processo n.º 49/EDIF/DGT/2016 relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Soianda, inscrito na matriz sob o artigo n.º 349, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Ana Cristina Correia Antunes, com informações n.ºs 1348/2016 e 1437/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 349, secção O, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

No seguimento da deliberação de 21 de dezembro de 2015, foi presente o processo n.º 1052/2002, relativo à execução de obras de alteração e ampliação de edificação na Serra, União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Manuel Branco, com as informações n.ºs 1193/2016 e 1207/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do



Executivo Municipal a declaração de caducidade em definitivo da licença titulada pelo alvará de obras de alteração e ampliação n.º 125/2012.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento em definitivo, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 16 – AQUISIÇÃO DE TERRENO NA RUA DR. JOAQUIM JACINTO, JUNTO À SINAGOGA DE TOMAR -----

No seguimento da deliberação de 25 de novembro de 2002, foi presente a informação n.º 445/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o ponto da situação do procedimento de aquisição do prédio sito na Rua Dr. Joaquim Jacinto, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou reiterar a deliberação de adquirir o prédio sito na Rua Dr. Joaquim Jacinto, agora inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6973 da União das Freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 3865/20151125, pelo valor de 34.117,78€ (trinta e quatro mil cento e dezassete euros e setenta e oito cêntimos), para efeitos de celebração da escritura pública de compra e venda, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 17 – DOAÇÃO DE OBRAS DE ARTE AO MUSEU MUNICIPAL - NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE TOMAR -----

Foram presentes as informações n.ºs 236/2016 e 257/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a aceitação de um conjunto de obras doadas ao Município de Tomar pelos pintores António Viana e Maria Gabriel e pelo professor José Augusto França, para integrar o acervo do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu Municipal, cujo valor foi avaliado pela Sociedade Nacional de Belas-Artes. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação das seguintes obras, nos termos propostos pelas supra referidas informações, que homologa, e da avaliação efetuada pela Sociedade Nacional de Belas-Artes:-----

- "As noites do Ateneu", datada de 2009, acrílico e jato de tinta sobre tela, dimensões de 115x115cm, do pintor António Viana;-----



- "S. Sebastião e Máscaras", datada de 2000, serigrafia P.A. nº II/XXV, dimensões de 60x82cm, emoldurada, da pintora Maria Gabriel; -----
- "Duas figuras pássaros II", datada de 1986, xilogravura (quatro cores), dimensões de 50,5x66 cm, emoldurada, da pintora Maria Gabriel; -----
- "S/título", Serigrafia de Edgar Pillet, datada de 1952, serigrafia P.A., dimensões de 44,5x36 cm; -----
- "S/título", Serigrafia de Edgar Pillet, datada de 1952, serigrafia prova nº 24/75, dimensões de 44,5x36cm.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DE MUSEUS, SALAS DE EXPOSIÇÃO, ESPAÇOS PATRIMONIAIS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS – parecer prévio vinculativo -----

Foi presente a informação n.º 233/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer prévio vinculativo, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para aquisição de serviços de apoio ao funcionamento de museus, salas de exposição, espaços patrimoniais e equipamentos turísticos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer prévio vinculativo favorável à supra referida aquisição de serviços nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----

N.º 19 – PROJETO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA – ESTUDO PRÉVIO -----

Foi presente a informação n.º 20/2016 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estudo prévio para a construção do Centro Escolar da Linhaceira apresentado pelo atelier Rua-arquitetos, Lda. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o estudo prévio para a construção do Centro Escolar da Linhaceira apresentado pelo atelier Rua-arquitetos, Lda, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 20 – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL – Reunião de 24 de fevereiro de 2016---

Foi presente, para conhecimento, a documentação apreciada na reunião do Conselho Local de Ação Social realizada a 24 de fevereiro de 2016.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----



N.º 21 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – Ano letivo 2015/2016-----

No seguimento da deliberação de 18 de janeiro de 2016, foi presente a informação n.º 256/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o relatório final da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior para o ano letivo 2015/2016.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o relatório apresentado, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, atribuindo as bolsas de estudo aos estudantes identificados, nos montantes propostos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (6.ª FASE) E ENSINO SECUNDÁRIO (3.ª FASE)-----

Foi presente a informação n.º 264/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de 1 escalão A para subsídio de refeição a aluno carenciado do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a atribuição de subsídio de transporte a aluna do ensino secundário, com comprovada carência económica, pelo valor total da vinheta mensal, no ano letivo 2015/2016.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição dos referidos apoios no âmbito da ação social escolar, no ano letivo 2015/2016, nos termos da supra referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 23 – UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DO PAVILHÃO JÁCOME RATTON – Sporting Clube de Tomar-----

Foi presente a informação n.º 184/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do ginásio do Pavilhão Jácome Ratton, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2016, para realização evento Judo Kids, conforme solicitado pelo Sporting Clube de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Sporting Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações



municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, dada a relevância da atividade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 24 – UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA E DO PAVILHÃO JÁCOME RATTON – Ginásio Clube de Tomar-----

Foi presente a informação n.º 243/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira e do Pavilhão Jácome Ratton para realização do Campeonato Nacional de Boccia Sénior (23 de março) e do Troféu AGS de Ginástica Acrobática Prof. António Antunes da Silva (2 e 3 de abril), conforme solicitado pelo Ginásio Clube de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ginásio Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, dado o interesse para o Município.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 – UTILIZAÇÃO DOS GINÁSIOS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL E DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Sport Club Operário de Cem Soldos-----

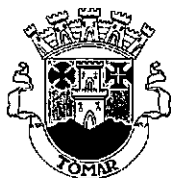
Foi presente a informação n.º 219/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do ginásio do Complexo Desportivo Municipal e do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira para atividades de formação e divulgação do judo na comunidade educativa, nos dias 8 e 10 de fevereiro e 24 de março de 2016, conforme solicitado pelo Sport Club Operário de Cem Soldos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Sport Club Operário de Cem Soldos do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, dada a componente de interesse pedagógico e desportivo para professores e alunos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 26 – UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar-----

Foi presente a informação n.º 185/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização de quatro



campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, no dia 6 de fevereiro de 2016, para realização do Torneio de Carnaval, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, dado o interesse da atividade. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 27 – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PARA JOGOS E TORNEIOS OFICIAIS NA ÉPOCA 2015/2016-----

Foi presente a proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão, referente à informação n.º 306/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, a isenção do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais para jogos oficiais e torneios, entre setembro e dezembro de 2015, no valor global de 579,80€, conforme solicitado pelos clubes e associações constantes dos mapas discriminativos apresentados. ----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Sporting Clube de Tomar, o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, a Escola de Futebol de Tomar e o Núcleo Sportinguista de Tomar do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais para jogos oficiais e torneios, realizados no período compreendido entre setembro e dezembro de 2015, no valor de 223,00€, 212,30€, 99,50€ e 45,00€, respetivamente. -----

Mais deliberou não incluir os valores relativos à utilização das instalações desportivas municipais para realização de jogos oficiais e torneios no ano de 2015 no desconto a efetuar ao montante a receber por cada entidade no âmbito do programa do apoio ao associativismo de 2015.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 28 - EVENTO TOMAR COR – preço da inscrição -----

Foi presente a informação n.º 308/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a fixação do preço da inscrição para participação na corrida com animação designada Tomar Cor, integrada na Semana da Juventude e na Feira de Educação, Emprego e Empreendedorismo, pelos fundamentos apresentados.-----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar o preço da inscrição em 1,00€, IVA incluído, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Isabel Fisk
Avelina Leal